Data: 27 de fevereiro de 2015.
Horário: 08h30 às 17h
Local: Sala Takumi – Hotel Nikko
Conselheiros membros – Gestão 2012-2015

	Nome		**Condição**	**Órgãos, Entidades e Instituições.**
	Usuários			
1	Valton Witkowski	Presente	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Presente	Suplente	SINDPETRO
2	Maria Marucha S. Vettorazzi	Justificativa	Titular	FETAEP
	Wilson de Souza Silva	Presente	Suplente	FETAEP
3	Jonas Braz	Presente	Titular	CUT
	Ademir Vidolin	Presente	Suplente	CUT
4	Ildemar Gorges	Ausente	Titular	Força Sindical
	Junior Ribeiro da Silva	Presente	Suplente	Força Sindical
5	Giovane Caetano da Silva	Presente	Titular	UGT
	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Suplente	UGT
6	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	SINDNAPI
	Edvirges de Oliveira	Ausente	Suplente	SINDNAPI
7	Livaldo Bento	Justificativa	Titular	MOPS
	Antonio Barrichello	Presente	Suplente	IMOPS
8	Amauri Ferreira Lopes	Ausente	Titular	ANEPS
	Edna Soares da Silva	Presente	Suplente	ANEPS
9	Syrdaria Carvalho Mesquita	Presente	Titular	Fórum ONG AIDS
	Rachel Pontes Maciel Romaniv	Presente	Suplente	Fórum ONG AIDS
10	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDA
	João Maria Chagas	Presente	Suplente	IBDA
11	Amaury César Alexandrino	Justificativa	Titular	DEFIPAR
	Tânia Roseli Minusculi	Presente	Suplente	DEFIPAR
12	Lívia Diniz Sola	Presente	Titular	FAMOPAR
	Sérgio Ferreira Doszanet	Justificativa	Suplente	FAMOPAR
13	Jiovany do Rocio Kissilevicz	Presente	Titular	CMP
	Celso Tenani Melchiades	Presente	Suplente	CMP
14	Genecilda Gotardo	Ausente	Titular	MST
	Adaíze Citron da Silva	Ausente	Suplente	MST
15	Márcia Beghini Zambrim	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Antonio Pitol	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
16	Clarice Siqueira dos Santos	Justificativa	Titular	Pastoral da Criança
	Erica Ana Hobold	Justificativa	Suplente	Pastoral da Criança
17	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Rosalina Batista	Presente	Suplente	ASSEMPA
18	Heliana Neves Hemeterio dos Santos	Justificativa	Titular	Rede de Mulheres Negras

	Michely Ribeiro da Silva	Justificativa	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	Profissionais de Saúde		**Condição**	**Entidade**
19	Mauricio Portella	Presente	Titular	CRF
	Nilson Hideki Nishida	Presente	Suplente	SINDIFAR-PR
20	Wanderli Machado	Ausente	Titular	CRESSS
	Sirleide Ferreira de Mauro	Presente	Suplente	AATO
21	Juliano Del Gobo	Presente	Titular	CRP
	Rubia Daniela Thieme	Ausente	Suplente	CRN
22	Antonio Rangel	Ausente	Titular	ABEN
	Nelson Mayrink Giansante	Presente	Suplente	CRM
23	Sonia Margarete Batista Frade Krachenski	Presente	Titular	CREFITO
	Vanete Thomaz Soccol	Ausente	Suplente	CRMV
24	Mariangela de Assis Gomes Fortes	Presente	Titular	ABO
	Leonardo Ferreira Filippin	Ausente	Suplente	CRO
25	Talita Lisandra de Oliveira Rosa Gomes	Presente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Mari Elaine Rodella	Justificativa	Suplente	SINDSAÚDE/PR
26	Sebastião José de Oliveira	Ausente	Titular	SINDPREVS
	José Carlos Leite	Presente	Suplente	SINDPREVS
27	Irene Rodrigues dos Santos	Presente	Titular	FESSMUC
	Solange Izabel Marega Batista	Presente	Suplente	FESSMUC
	Prestadores de Serviços		**Condição**	**Entidade**
28	Rosita Márcia Wilner	Ausente	Titular	FEMIPA
	Antonio Garcez Novaes Neto	Presente	Suplente	FEMIPA
29	Rangel da Silva	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Ausente	Suplente	FEHOSPAR
30	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Presente	Titular	ACISPAR
	Odete Pegoraro Rosa	Ausente	Suplente	ACISPAR
31	Elizabeth Silva Ursi	Presente	Titular	UEL
	Jeremias Bequer Brizola	Presente	Suplente	UEL
32	Ely de Campos	Presente	Titular	UEM
	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Presente	Suplente	UEM
	Gestores		**Condição**	**Entidade**
33	Angela Conceição Pompeu	Ausente	Titular	COSEMS
	Clodoaldo Fernandes dos Santos	Presente	Suplente	COSEMS
34	Eliane Chomatas	Ausente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Marise Gnatta Dalcuche	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
35	Sezifredo Paulo Alves Paz	Presente	Titular	SESA
	Cleide Aparecida de Oliveira	Ausente	Suplente	SESA
36	Moacir Gerolomo	Presente	Titular	Ministerio da Saúde

	Jorge Stoianov Filho	Presente	Suplente	Ministério da Saúde

Data: 27 de fevereiro de 2015 (2ª Parte)
Horário: 08h30 às 18h
Local: Sala Takumi – Hotel Nikko
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 546, Centro

1. Expediente Interno
2. Ordem do Dia

2.1 Aprovação da Pauta

2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora
Encaminhamentos Mesa Diretora:
Justificativas e substituições
Leitura de Expedientes
1° Assunto: Aprovação das Atas da 215ª Reunião Ordinária do CES/PR de 28 de novembro de 2014 e 216ª Reunião Ordinária do CES/PR de 18 de dezembro de 2014;
2° Assunto: Programação Anual de Saúde – 2015;
3° Assunto: Relatório Quadrimestral de Gestão – 3º Quadrimestre e Acumulado;
4° Assunto: 11ª Conferência Estadual de Saúde;
5º Assunto: Relatório de Participação dos Conselheiros na Comissão Estadual de Avaliação e Monitoramento do COMSUS e HOSPSUS;
6° Assunto: Comissões.

3. Informes

3.1 Informes Gerais.

(F1) Sr. Antônio Garcez (FEMIPA) cumprimenta a todos e dá as boas vindas à segunda parte da reunião ordinária da ducentésima décima sétima reunião do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, e pediu que os conselheiros levantassem seus crachás para contagem de quórum, com vinte e um conselheiros considerou-se o quórum adequado. Passou para a provação da pauta, fez a leitura da pauta e solicitou a retirada do item cinco, sobre o relatório dos conselheiros da Comissão de avaliação COMSUS E HOSPSUS, pois gostaria de realizar um dia para estes assuntos uma vez que os órgãos dependem desta avaliação para receber seus recursos financeiros, que apesar dos problemas com a participação dos conselheiros por problemas diversos, a Mesa tomou a liberdade de encaminhar o Conselheiro Pitol para a reunião do COMSUS a fim de não ficar sem nenhuma informação a respeito e assim para a próxima reunião de março, terão informações para passar ao Conselho. Abriu as discussões da pauta e inscrições das Comissões para o sexto assunto. Colocou em votação. Aprovado a pauta. Passou à palavra para a Secretaria Executiva para as justificativas e substituições. **Sra. Livia Diniz Lopes Sola (FAMOPAR)** cumprimentou os participantes e informou as justificativas para esta reunião: Mari Elaine Rodella, Sérgio Ferreira Dozsanet, Maria Marucha S. Vettorazzi, Amaury César Alexandrino, Michely Ribeiro da Silva, Clarice Siqueira dos Santos e Érica Ana Hobold. **Sr. Amauri Lopes (ANEPS)** justificou a presença do Sr. Livaldo e que depois do almoço o Sr. Amauri terá que se ausentar também. **Sr. Jonas (CUT)** justificou sua ausência após às onze horas e trinta minutos também por problemas de saúde. **D. Rosalina (ASSEMPA)** justificou sua ausência à tarde. **Sr. Giovane Caetano da Silva (UGT)** também justificou sua ausência no período da tarde por compromissos do Sindicato. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que não há leitura de expedientes, então passa para o primeiro assunto: Aprovação das Atas, duzentos e quinze do dia vinte e oito de novembro de dois mil e quatorze. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** pediu a correção de Sindprevi para Sindiprevs. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** pediu algumas correções e como não está com o seu computador e as atas foram enviadas por e-mail então ela retornará por e-mail para a Secretaria Executiva. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que devido ao material ter ficado muito extenso para envio pelo Correio, a Secretaria Executiva entrou em contato com ele e informou o montante de cópias e levando em consideração na forma de Sedex ficaria muito custoso, também foi considerado que se discute muito as questões de meio ambiente e despesas gerados pelo Conselho, então optou-se pelo envio por e-mail. E o material seria disponibilizado para as Comissões bem como para aqueles que viessem estariam recebendo o material. Agradeceu aos

conselheiros por aceitarem e entenderem essa situação e aproveitou o momento para novamente tentar mudar o processo de encaminhamento deste material. Perguntou se houve muita dificuldade em receber este material. E a Secretaria Executiva que fica após as reuniões para colocar ordem no local informa que boa parte do material entregue ficam em cima das mesas, os conselheiros vão embora e o material vira lixo. E para aproveitamento das folhas são impressos frente e verso então não viram rascunho. Por isso, pede que os conselheiros que pudessem receber por e-mail fizessem um cadastro e aqueles que necessitam receber por escrito seria enviado via Correio. E aqueles que puderem receber o material por e-mail para impressão em sua casa, trabalho ou onde fosse a Mesa Diretora agradece. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** explanou que durante dois anos recebiam por e-mail e não sabe o que aconteceu que voltou a receber por Correio. Afirmou que já pediu para receber por e-mail pois para ela se torna muito trabalhoso ir buscar nos Correios o material, e que já pediu para suspenderem o envio via Correio para ela, mas continua recebendo. Acha que realmente deve ser eliminado este envio pelo gasto de material. E nas Comissões as pessoas que ficam responsáveis pela leitura devem tomar este cuidado de leitura. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que como se trata de malote, acaba se gerando o malote a todos e enviando. Agradeceu a proposta. **Sr. Jeremias (UEL)** acha justificada e racional esta solicitação de cadastro de quem quer receber impresso e acha prudente que cada um que receba digitalizado poderá imprimir os fragmentos que achar mais importantes. Aproveitou para falar sobre os membros das Comissões não tem recebido este impresso, seja por e-mail e isso tem gerado um mal estar entre os integrantes da Comissão. Pois os integrantes das Comissões que não são membros do Conselho não recebem o material e fica uma situação muito constrangedora. Isso tem comprometido o andamento dos trabalhos nas Comissões. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** solicitou a todos os coordenadores de comissão o cadastro de suas Comissões. Pediu que os coordenadores das Comissões levantassem as mãos e perguntou se eles têm o cadastro dos não conselheiros. **Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR)** já foi contemplada na fala dos conselheiros. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocará em votação apenas para não haver dúvidas, e quem quiser receber o material impresso deverá procurar a Secretaria Executiva para fazer seu cadastro. Colocado em votação. Aprovada a sugestão. **Sr. Jeremias (UEL)** detalhou que em relação à ata acredita ser inviável o que a Marcia colocou que fez as alterações e vai passar para a Executiva. Pois se eles leram as atas e aprovaram deve ter ciência das alterações que ela solicitou. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que há duas alterações, uma que não altera o sentido da ata, corrigir um nome, sem problema enviar por e-mail para a Executiva. Agora alterações que alteram como correção de que era contrário quando na verdade não era essas sim devem ser explanadas aqui em Plenária. **Sra. Irene Rodrigues dos Santos (FESSMUC-PR)** sugeriu que mesmo que seja só correção mesmo aquelas alterações que não alterem teor da ata, sejam lidas também em Plenária, mas porque evitaria qualquer constrangimento futuro. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que irá passar para a ata duzentos e dezesseis da reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná do dia dezoito de dezembro de dois mil e quatorze. Colocada em discussão. Sem menções passou a votação. Com uma abstenção, aprovada a ata. Pediu que as Comissões comecem a preparar a apresentação da Programação Anual de Saúde. É possível fazer a apresentação por diretrizes deixando a Comissão mais haver com a diretriz apresente e assim as demais? Passou a discutir as diretrizes depois retomará a ata número duzentos e quinze. Leu a diretriz um: Organização da Atenção Materno-Infantil, por meio da Rede Mãe Paranaense e passou a palavra à Comissão Saúde da Mulher. **D. Rosalina (ASSEMPA)** informou que discutiram vários avanços e não teve questionamentos quanto à apresentação, mas há um encaminhamento quanto ao recurso repassado às maternidades de alto risco que quando houver reunião no COMSUS sobre este tópico a Comissão de Saúde da Mulher quer participar para acompanhamento das ações lá na ponta. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão esta diretriz número um, sem comentários. Leu a diretriz número dois: Implantação dos Componentes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências passou a palavra para a Comissão de Acesso ao SUS. **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** falou que apreciaram as diretrizes dois, três, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze, em todas o que foi apontado é que manteve-se as ações; as metas foram mantidas e foram adequados os indicadores, houve inserção dos testes do olhinho e do coraçãozinho e houve a discussão pra inserção da ampliação de dispensação de próteses e órteses e para que entre estes pontos, montou-se uma sub-comissão para estudar como está essa dispensação, necessidade e qualidade para fazer de forma mais adequada. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questionou se mais alguma Comissão gostaria de colocar

algo a respeito da diretriz três. Passou para a próxima diretriz da Comissão de Acesso ao SUS. **(F2)** Fez a leitura das diretrizes que esta Comissão é responsável. Diretriz três: Implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD), diretriz cinco: Implantação da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, diretriz seis: Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde do SUS no Paraná (APSUS) , diretriz sete: Melhoria do Acesso e do Cuidado das Comunidades Vulneráveis (população negra, indígena, populações privadas de liberdade), diretriz oito: Fortalecimento do Desenvolvimento Regional na Atenção à Saúde (COMSUS), diretriz nove: Estruturação dos Serviços Próprios da SESA, diretriz dez: Promoção do Acesso da População a Medicamentos Seguros, Eficazes e de Qualidade, garantindo sua Adequada Dispensação e diretriz onze: Promoção do Acesso da População a Serviços de Qualidade, com Equidade e em Tempo Adequado às Necessidades de Saúde, por meio do Complexo Regulador, que não houve nenhuma outra colocação por parte das demais Comissões. Fez a leitura da diretriz quatro: Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde Mental para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, e com necessidades decorrentes do uso do crack, álcool e outras drogas. Passou a palavra para a Comissão de Saúde Mental. **Sr. Joao Maria (IBDA)** informou que a Regiane fez a apresentação para a Comissão e entenderam que numa participação maior dos comitês regionais de saúde mental para acompanhar as ações do Plano Anual de Saúde Mental. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão, ninguém se pronunciou. Leu a diretriz doze: Implementação da Política de Vigilância e Promoção em Saúde, coordenando e regulando as Ações de Forma Articulada e Integrada Intra e Intersetorialmente e com a Sociedade Civil em Âmbito Estadual e Regional. Passou para a Comissão de Vigilância em Saúde. **Sr. Pitol (PASTORAL DA SAÚDE)** não tiveram ontem a presença do coordenador e tiveram a participação de duas pessoas da relatoria em substituição e não tiveram nada a se opor ou relevante em relação ao relatório. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** questionou se mais alguém gostaria de colocar algo em relação a esta diretriz. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** pela Comissão Intersetorial do Trabalhador, a respeito das duas diretrizes que compete a esta Comissão, a Comissão recomenda a aprovação só deixando anotado que em dois mil e quinze, a SESA com a CIST continuará com a campanha do benzeno nos postos de gasolina e trazer a devolutiva dos círculos de debates e das Conferências Nacional de Saúde do Trabalhador realizado no ano passado inclusive na Conferência Nacional apresentaram um banner com o resultado da campanha que ficará de posse do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná. Ele entregará o banner na semana que vem. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** questionou se mais alguém gostaria de colocar alguma informação. **Sr. Sezifredo (SESA)** sobre a diretriz doze, só queria colocar que no Plano Estadual de Saúde a ação que falta ainda implementar é a ação onze que é o Programa Estadual de Saúde do Viajante. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** leu a diretriz treze: Democratização da Gestão do Trabalho. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** a Comissão recomenda a implantação de uma quarta meta que trata da abertura de um concurso público com as nomeações correspondentes, pois a SESA está pedindo novas vagas dentro da própria SESA mas sem previsão para abertura destes novos cargos. **Sr. Sezifredo (SESA)** informa que a SESA está com projeto de lei tramitando não foi enviado para a Assembleia, e isto ocorrerá nas próximas semanas, onde abrirar-se-ão duas mil e quinhentas novas vagas e ele será criado e a SESA não tem como dizer agora para quais as unidades serão a quantidade das vagas, então será feito um cadastro de reserva e na medida que as vagas vão surgindo serão contratados os aprovados. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informou que a preocupação da Comissão é que como não tem nada previsto pelo menos colocar a abertura do concurso neste ano. **Sr. Sezifredo (SESA)** informa que isto pode ser feito, sem problema. **Sra. Irene Rodrigues dos Santos (FESSMUC-PR)** direciona ao Sezifredo que em dois mil e treze tinha no Plano o compromisso de contratação e havia lá um número significativo de contratações que ao final do ano não se cumpriu e no ano de dois mil e quatorze também. O que mais preocupa a Comissão é que tem mais gente saindo do que entrando e lembra do Dr. Marco Antônio quando foi feito a discussão tanto do orçamento quanto do RAG ele alertou é que tanto ou mais importante que aprovar o RAG é estar se debruçando sobre a Programação Anual de Saúde e cobrar. Acha complicado a Gestão dizer que abrirá as vagas e não ter programado a quantidade de pessoas a fazer o concurso e chamar, a FESSMUC permanece com a posição que teve ontem na Comissão, que acha importante se tenha os números sim e no final do ano quando da aprovação do Relatório de Gestão não estar no Plano Anual de Saúde. **Sr. Sezifredo (SESA)** acha importante esclarecer que em dois mil e treze fez o chamamento do número de aprovados no concurso de dois mil e nove, pois dos duzentos chamados muitos não compareceram por já

possuírem outros empregos ou até mesmo outros interesses. De fato, o que se estima são os que já saíram e aqueles que provavelmente sairão este ano, agora informar que a SESA irá contratar mil funcionários este ano, será apenas uma especulação, sem qualquer certeza. Porque a SESA não tem uma base de quantos irá contratar. Porém, se o Nilson colocar que a SESA se compromete a abrir o concurso já será um compromisso mais próximo da realidade. Quando tiverem os dados mais concretos de quantas pessoas pretendem se aposentar para precisar de maneira mais coerente o número de vagas então ele se dirigirá ao Conselho para informar. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** perguntou se é possível um consenso, se quando a SESA for enviar a prestação de contas, se somar o número de exonerações, aposentadorias e mortes, comparando com a contratação, houve um crescimento de quarenta e poucos cargos, isso significa um percentual dentro do quadro. Mas se for calculado uma contratação prevendo um percentual de crescimento como meta, garantindo um crescimento no quadro em “x” por cento. **Sr. Sezifredo (SESA)** informa que não há a possibilidade de se comprometer em informar um crescimento ou afirmar um crescimento em “x” por cento, na verdade a informação que contratamos mais do que saíram, não é correta. O quadro da SESA hoje está com trezentas e poucas pessoas a menos. Há limites orçamentários, todos conhecem isso, bem como a incerteza das vagas que poderão ser abertas neste ano. Pede que mantenham esses três pontos. **Sr. Romildo (SESA)** informou que o quadro próprio dos servidores da saúde prevê a criação, já estão criadas, nove mil duzentos e cinco vagas. Esta proposta que a Secretaria está fazendo no projeto de lei é a criação de mais duas mil quatrocentos e sessenta e duas vagas a mais das que já existem. Mas no fechamento do ano de dois mil e quatorze a SESA encerrou com oito mil novecentos e oitenta e nove servidores ativos. Essa diferença algumas vagas estão para ser preenchidas, mas não serão suficientes para atender as necessidades da SESA. Não há como fazer o edital de concurso sem a vaga aprovada em lei, conforme determinação da Constituição Federal, e isso sem contar, que para que desde a criação do edital até o funcionário entrar na ativa, levar-se-á mais de seis meses. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** sugeriu à Comissão de RH que para noção de todos os conselheiros a fim de votar a nova meta, faça a leitura das ações, a meta e o indicador deste assunto em discussão para a criação da meta treze ponto quatro. E todos sabem que estas metas quando alteradas, alteram automaticamente o Plano Anual de Saúde. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** leu a nova meta conforme a Comissão elaborou: abertura de um novo edital de concurso público com as nomeações correspondentes e a meta a ser cumprida é o número de nomeações realizadas em dois mil e quinze. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que a grande discussão é se terá ou não números nessa nova meta. **Sra. Irene Rodrigues dos Santos (FESSMUC-PR)** pediu questão de ordem. Ontem na Comissão não foi colocado o número pois foi deixado isto junto ao Romildo para ele verificar junto à Gestão se houvesse uma proposta de número, até porque se for para ela colocar, ela colocará os dois mil e quinhentos que está aí como abertura de vagas. O fato de criar as vagas não dá uma temporalidade para que sejam cumpridas. Só que precisa de um planejamento sim, por isso gostaria que a SESA fizesse essa indicação numérica. **Sr. Jonas (CUT)** disse que a preocupação com o RH é a questão da falta de servidores que tem hoje em todas as unidades, além do mais, tem muitas pessoas que estão no local de trabalho sem mais condições, aguardando alguma finalização para sua aposentadoria e sabendo do que ocorre, pode chegar ao ponto de não ter mais quadro para recolocar. Setores tentando socorrer outros. O que é necessário é sair o concurso e contratações, ter banco de dados apenas não solucionará o problema. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** pede pra fazer uma sugestão, por ser um tema bem especifico, não conseguirá dar andamento aos demais itens a serem discutidos. Pediu que a Comissão de RH ou parte dela e a SESA se reúnam e cheguem a um consenso e tragam para discussão do Pleno. Perguntou se eles concordam. Com o acordo destes. **Sr. Sezifredo (SESA)** por mais que queiram não tem como tirar um número hoje, mesmo criando o concurso não tem como afirmar número de contratações. Será uma meta colocada sem condição de ser prevista. **(F3)** Lembrou que um concurso tem um prazo de quatro anos, trabalham com esse período e afirmou que até poderia dividir o número de mil e quinhentos por quatro e colocar contratações em torno de quinhentas por ano, mas existem as necessidades e a questão orçamentária. Então é necessário fazer um plano para ir alocando os profissionais nas unidades mais prioritárias, sugeriu que seja colocada a meta exatamente como está escrito, sem números de contratação e à medida que forem sendo contratados, ele se compromete a vir ao Conselho e informar os números em sua realidade. **Sr. Juliano (CRP)** não é da Comissão, mas lembra de que o governador assinou um decreto proibindo a abertura de novos

concursos para novas contratações direta ou indireta. Salvo, solicitações com justificativas urgentes, então considera, diante do contexto atual, infundada a solicitação de abertura de concurso este ano. **Sr. Jonas (CUT)** sugeriu deixar o assunto para a reunião do mês seguinte para que a SESA traga este número. **Sr. Sezifredo (SESA)** informa que sim, é possível levantar esta informação para o mês que vem. Corrigiu a informação do Juliano, no decreto do governador, foram excluídas algumas áreas e a saúde está entre elas. O concurso pode ser realizado, apenas é vetada a contratação. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** explanou que na ponta quem sente falta do servidor é o usuário. Uma coisa é contratar vagas novas, e outra é recolocar servidores que se aposentaram ou faleceram. Pois estas vagas existem, estão abertas, apenas precisa de alguém para ocupá-las. Quanto a trazer o número no mês que vem acha inviável, porque o caso de pessoas com deficiência também faltara, algumas análises, e se for assim, também tratarão o caso das pessoas com deficiência e trarão na próxima reunião. Não sabe se tem prazo, mas acredita que tem que fechar hoje. Propôs que essa meta, o concurso público seja feito ainda este ano, até no inicio do segundo semestre, para contratação nos cargos remanescentes, ou seja, para os cargos já existentes que estão faltando servidores. O que está sendo levantado é o caso das vagas já existentes que não dependem de lei para contratação. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** a fala é parecida com a da Terezinha, apenas reforça que o número que sai tem que ser substituído e por isso deve ter um compromisso de recolocar as trezentas e poucas vagas faltantes para que se garanta cem por cento do quadro em atividade. Olha o quanto se avançou sem garantir quem toque estes programas e ações. Sem trabalhador a política pública elaborada pelo gestor não vai. **Sr. Sezifredo (SESA)** concorda com tudo o que foi colocado e mais, que sem servidor a saúde não existe. A SESA quer contratar e poderiam dar este número, mas a SESA quer contratar mais do que isso. Pede que aguardem que no mês que vem ele trará este número, essa é sua proposta. E sugere manter a meta assim, comprometer a fazer o concurso público para repor e *a posteriori* fazer as contratações novas necessárias para garantir o funcionamento da saúde no Paraná. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** lembra que a proposta é manter a meta já definida e que a SESA levante os números para o mês que vem. O prazo é de aprovar até o mês que vem, mas com as demais diretrizes encaminhadas, ficando apenas esta dependendo do numerário. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** pediu para deixar para o mês que vem também a diretriz das pessoas com deficiência, para que essa subcomissão possa trazer o resultado e seja discutida a questão para a ampliação a dispensação de próteses e órteses. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concordou. **Sra. Sonia M. Batista Krachenski (CREFITO)** apenas reforçou para que o Juliano que ficou responsável possa estar ciente de que deve proceder isso até o final do mês de março. **Sra. Syr Dária (Fórum ONG AIDS)** em função do que está sendo levado para a próxima reunião, a meta doze, o Fórum Ong Aids, não foi discutida por terem perdido muito tempo discutindo o tema da conferência, e pediu a inclusão para a próxima reunião porque não tem como votar sem ter discutido. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** perguntou se trata de uma meta especifica ou todas. Alguém informou que se tratam das metas doze ponto dezesseis, doze ponto dezessete e doze ponto dezoito. **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** informou que a Comissão de Acesso ao SUS tinha uma lista imensa de questões a serem discutidas, por isso acredita que se trata de desrespeito com o assunto, se foi um caso pontual, para levantar e reescrever tudo bem, começar tudo de novo. Acredita que isso deve ir para aprovação. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que só está sendo deixado para depois pontos que necessitam mais estudos estão sendo pontuados aqueles que requerem mais tempo hábil para fechar e não aquilo que foi discutido. **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** voltou a frisar que a Comissão de Acesso ao SUS a questão em relação à parte das pessoas com deficiência, parte da questão de próteses e órteses, não ficou pontuado que com referência a estes indicativos, como é um estudo que nem o MP chegou ainda a pontuar e tem um programa de alimentação e isso deve ser mudado, então não é uma coisa que para o próximo mês estará pronto. Essa subcomissão é para auxiliar a SESA a criar estes indicativos. Não acredita que em um mês essa subcomissão consiga apresentar resultado, inclusive citaram no relatório que seria aprovado desta forma, mas que para o próximo seria diferente. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** afirmou que se em um mês essa subcomissão apresentar alguma coisa será debatido caso contrário permanecerá como está. **Sr. Jonas (CUT)** esclareceu ao Pleno que a Comissão de RH sugeriu esse prazo dentro da Comissão no dia de ontem. Não é oportunismo. **Sr. Amauri (ANEPS)** pediu calma a todos, pois o dia de ontem foi atípico e não foi possível administrar o tempo, deixando o que for necessário mas o mês que vem. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** leu a diretriz quatorze: Desenvolvimento da Política Estadual de Educação Permanente para o SUS. **Sra.**

Marcia (Pastoral da Saúde) na Comissão de Educação permanente, sugeriu que na quatorze ponto cinco melhorasse a redação e incluir a educação continuada para conselheiros municipais e estaduais. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questionou se é só mudança da redação e da meta. Como ficou? **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** oferta de cursos de capacitação de conselheiros municipais, estaduais e secretarias executivas dos conselhos de saúde do Paraná, em parceria com o Conselho Estadual de Saúde incluindo educação continuada. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** perguntou a todos se estavam esclarecidos, se havia mais algum, ponto a ser discutido desta diretriz. Colocou em discussão e como não houve pronunciamentos, passou a diretriz quinze: Ampliação e Fortalecimento dos Espaços de Participação da Sociedade e do Controle Social. Enquanto a Sra. Marcia se organizava em sua fala, perguntou se a Ouvidoria tinha algum ponto a explanar, e foi-lhe respondido que da Ouvidoria eram só propostas. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** no item quinze ponto oito, foi sugerido retirar conferências temáticas. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** informou que no quinze ponto cinco, a Comissão entendeu que fica inviável executar as reuniões por macros, tendo em vista as conferências municipais e estadual sugeriu a retirada do PAS. **D. Rosalina (ASSEMPA)** informou que a justificativa da Comissão é que quando a Plenária escolheu Cascavel, não foi possível fazer por problemas de licitação, e em dois mil e quinze não tem como efetuar reunião descentralizada por conta das conferências, bem como o Conselho Estadual estará presente em todos os conselhos municipais discutindo além do curso de capacitação bem como as necessidades regionais, por isso entenderam que não há necessidade deste gasto dentro de um ano já dispendioso. Por isso propõe, rediscutir futuramente para trazer na pauta de dois mil e dezesseis. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** perguntou se mais algum item sofreria modificações, lembrou a Sra. Marcia do item quinze ponto dezesseis por ser novo e deve passar na Plenária. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** leu o item quinze ponto dezesseis: alocar recursos financeiros nos municípios com até vinte mil habitantes através do fundo a fundo para estruturação e melhoria dos conselhos municipais de saúde a partir de critérios estabelecidos pelo CES-Paraná. E o indicador número de municípios com até vinte mil habitantes que tiveram recursos alocados para os conselhos municipais de saúde. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** resumiu que na diretriz quinze tem no quinze ponto cinco a retirada da meta, no quinze ponto oito a retirada de parte da meta, retirando as conferências temáticas e uma nova meta, quinze ponto dezesseis, que é alocação do recurso para os municípios até vinte mil habitantes, que é aquele recurso de dois milhões e meio pra ser alocado na reestruturação e qualificação dos conselhos municipais. Como é um recurso limitado, para que a verba seja adequada, limitou-se para vinte mil habitantes, o Conselho começou a estudar a forma de habilitação destes municípios, os critérios de habilitação bem como qual vai ser e onde será alocado esses recursos dentro dos municípios para fiscalização do Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná. **Sr. Sezifredo (SESA)** informa que considera importante para os conselheiros que não discutiram explicar com detalhes, este recurso se trata de dois milhões para custeio e depois tem quinhentos mil para capital. E o no Paraná temos trezentos e onze municípios com menos de vinte mil habitantes, a Comissão precisa elaborar os critérios e essas coisas todas. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão, sem pronunciamentos, passou para a diretriz dezesseis: Qualificação dos Gastos e Ampliação de Recursos no Financiamento do SUS. Comissão de Orçamento. **Sr. Rangel da Silva (FEHOSPAR)** foi apresentado pela servidora Maria Leonor e após debate sugeriram mudanças: A Comissão de Educação Permanente interrompeu questionando a respeito da meta da Ouvidoria que ela deveria analisar. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que era isso que ele dizia quando começaram a falar, a quinze tem dois pontos, a Ouvidoria e o Controle Social. A Ouvidoria é antes do Controle Social na quinze. Questionou se há algum ponto na quinze da Ouvidoria. Responderam que são algumas propostas e não mudanças. Entenderam que a Comissão não fez alterações na PAS, apenas faz sugestões à SESA sobre as ações como implementar as ações para dois mil e quinze. E pediu para que a Comissão de Orçamento dê continuidade ao que falava sobre a diretriz dezesseis. **Sr. Rangel da Silva (FEHOSPAR)** informou que fizeram sugestões de mudança nas ações a serem desenvolvidas em dois mil e quinze. Referente aos itens um, dois e quatro. No item um: estruturação administrativa do fundo de saúde, Funsaúde e aprovação de novo arranjo legal, regimento interno. E qual a sugestão? Que apresente ao CES por meio da Comissão de Orçamento. Item dois: otimização e racionalização dos recursos orçamentários e financeiros redefinindo a sua alocação conforme planejamento estratégico. Sugestão: dar conhecimento à Comissão dentro do relatório quadrimestral de gestão. Item quatro: capitação de recurso na área governamental e instituições financeiras internacionais por meio do

governo estadual. **(F4)** sugestão da Comissão, dar ciência ao CES quanto aos recursos captados e os projetos em andamento. A Comissão também observa quanto à meta atual e o indicador mencionado. Que a Lei Orçamentária de dois mil e quinze não cumpriu o estabelecido na LC um quatro um de dois mil e doze, uma vez que foram incluídos para efeito de aplicação do percentual mínimo com saúde as metas do SAS, HM e Leite das Crianças. A Comissão recomenda a aprovação do PAS de dois mil e quinze com alterações e observações acima. **Sr. Sezifredo (SESA)** disse que as informações solicitadas a serem entregues ao Conselho já está implícito em todas as ações que compõe o PAS, pode ser registrado, mas desejam que seja incluso nos item pelo que ele entendeu. Apresentando e informando no CES. Reafirmou que todas ações e relatórios são apresentados. E o último item ele não entendeu bem, pois queria saber qual exatamente é a posição da Comissão quanto a esses recursos citados. **Sr. Rangel da Silva (FEHOSPAR)** informou que são do SAS, HM e Leite das Crianças. É que a Comissão entende que estes itens não deveriam estar no relatório como já fora discutido anteriormente. Alguém o questionou se estes itens estão no PAS. O Sr. Rangel respondeu afirmativamente. **Sr. Sezifredo (SESA)** disse que estes itens estão no Orçamento da Saúde, na LOA. E oportunamente discutir a execução destes itens. Destes vetores que há no Orçamento. Eles nem constam explicitamente aqui. Por isso que perguntou o que a Comissão estava apontando. **Sr. Rangel da Silva (FEHOSPAR)** na meta anual apresentada, cumprir a lei complementar federal um quatro um e a lei complementar um cinco dois. E então vem o indicador de doze por cento do recurso aplicado no serviço em saúde conforme a lei complementar um quatro um doze. O que foi observado que tanto a meta quanto o indicador, na lei orçamentária, está as despesas com o SAS, HM e Leite das Crianças. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** Pediu pra fazer uma proposta: o PAS está para aprovação certo? **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** esclareceu que as diretrizes irão com a concordância da Plenária sim, farão uma parcial. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** para não fugir do que está sendo debatido até agora, pode ser feito a aprovação com a ressalva de que o Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná não reconhece como ação em saúde que eventualmente elas venham a ser realizadas dentro da Programação Anual, que será repetido a forma como foram aprovados os outros quadrimestres. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** resumiu que na resolução de aprovação da PAS terá um artigo relembrando o que foi feito na resolução da LOA especificando que estes gastos não são reconhecidos como ações em saúde. Colocou em discussão. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** não entendeu, acredita que o terceiro item sobre a alocação. Pediu para esclarecerem. **Sr. Rangel da Silva (FEHOSPAR)** verificou que na verdade a dúvida é sobre o item dois: otimização e racionalização dos recursos orçamentários e financeiros redefinindo a sua alocação conforme planejamento estratégico. Esclarecido que se trata de alocação e não locação como ela havia entendido. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou novamente em discussão, mas não houve manifestos. Então, propôs à Plenária que aprovem parcialmente a PAS colocando tudo o que foi discutido, mas não será feita resolução de pré-aprovação. Para adiantar a fim dos departamentos darem seguimento às ações, faz-se a pré-aprovação. Mês que vem serão discutidos os pontos faltantes e então será aprovado o texto da resolução de aprovação da PAS. **Sr. Jeremias (UEL)** pediu que fiquem pontuados os itens que ficaram pendentes, para evitar que recomecem toda a discussão. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou então que ficam pendentes: a questão do número do concurso, como a Comissão de Acesso falou, caso apareça alguma coisa neste mês na questão da órtese será discutido e caso não apareça ficará mantida como está. **Sra. Irene Rodrigues dos Santos (FESSMUC-PR)** pediu para incluir que seja discutido na questão da aprovação da Programação Anual, se o gestor no mês que vem tirar itens que o Conselho não concorda para não precisar fazer a aprovação com ressalvas, para que retire, porque aprovar com ressalvas já foram aprovados a LOA o RAG do ano passado e mês que vem terá o RAG para aprovar de novo. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** alertou ao fato de que é um pedido, mas que deverão aguardar para ver o que irá acontecer, uma fala reflexiva para se ter em mente. Colocou em votação. Aprovado a PAS parcialmente, com um contrário e duas abstenções. Voltou ao assunto da ata número duzentos e quinze. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** explicou que a correção a ser feita na verdade é na segunda ata e não nessa, então é na ata duzentos e dezesseis que foi aprovada e ela absteve. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Sem manifestações. Colocou em votação. Aprovada a ata duzentos e quinze. Lembrou que as atas estão em dia. Próximo assunto, Relatório Quadrimestral de Gestão, terceiro quadrimestre e acumulado. Informou que seguirá a mesma linha de seguir por diretrizes. Diretriz número um: Organização da Atenção Materno-Infantil, por meio da

Rede Mãe Paranaense, com a palavra Comissão de Saúde da Mulher. **D. Rosalina (ASSEMPA)** foi feito a apresentação pela gestora Marcia Huçulak, foram feitas várias discussões, mas não houve nenhum questionamento contrário a respeito do RAG do terceiro quadrimestre. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Diretriz dois: Implantação dos Componentes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências. Com a palavra Comissão de Acesso ao SUS. **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** falou que suas diretrizes vão até o final do relatório. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** sugeriu ao Conselho que fizessem como anteriormente, discutissem todos os pontos da Comissão de Acesso ao SUS e então às demais. Todos concordaram. **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** informou que em todos os pontos foram feitas as considerações. Na diretriz dois houve consideração no item dois ponto três foi parcialmente atingida com a justificativa de que houve dificuldade financeira por parte dos municípios. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Leu a diretriz três: Implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PcD). **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** No item três ponto um, meta parcialmente atingida aguardando resposta do Ministério da Saúde de dois. Item três ponto dois, parcialmente atingida, a SESA fará um instrumento de monitoramento dos serviços. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Leu a diretriz cinco: Implantação da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa. **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** No item cinco ponto dois, parcialmente atingida, a justificativa é de que os dados são preliminares e serão apresentados em abril no RAG de dois mil e quatorze. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Leu a diretriz seis: Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde do SUS no Paraná (APSUS). **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** No item seis ponto dois, parcialmente atingida, proposta de alteração do indicador devida a diferença de método de cálculo de um ano para o outro. Seis ponto quatro, parcialmente atingida, faltam dados de indicadores que serão apresentados na RAG dois mil e quatorze. Item seis ponto seis, aguardando dados de novembro e dezembro de dois mil e quatorze, provavelmente conseguirá atingir a meta, apresentação no RAG dois mil e quatorze. Item seis ponto sete, aguardando dados de novembro e dezembro de dois mil e quatorze. Todos esses itens, para fazer o cálculo necessitam os dados dos municípios inserirem no sistema do Ministério e tem o prazo de três meses para isso, por isso só será feito em abril quando todos os dados serão imputados. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Leu a diretriz sete: Melhoria do Acesso e do Cuidado das Comunidades Vulneráveis (população negra, indígena, populações privadas de liberdade). **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** No item sete ponto seis, falta informação e será corrigido e apresentado na próxima reunião da Comissão. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** esclareceu que ela remete o indicador a ação onze. **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** afirmou que não conseguiram entender este vínculo e por isso é só falar para a pessoa da gestão que iria completar a informação. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concordou que deve constar a informação na RAG com comprovação de documentação. Colocou em discussão. Leu a diretriz número oito: Fortalecimento do Desenvolvimento Regional na Atenção à Saúde (COMSUS). **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** no item oito ponto um, parcialmente atingida não houve renovação de quatro consórcios, três eram equipamentos, não custeio. E um consórcio não tinha documentação para renovar o convênio. Oito ponto dois, parcialmente atingida, ações estão em andamento. Oito ponto seis, parcialmente atingidas, as reformas não foram licitadas, deixaram como anotação para verificar se foram alcançadas até o fechamento do RAG dois mil e quatorze. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Leu a diretriz número nove: Estruturação dos Serviços Próprios da SESA. **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** item nove ponto um, parcialmente atingida, tendo a previsão de entrega até o final de dois mil e quinze, outros em janeiro de dois mil e quinze, e tem que observar se serão alcançadas até o fechamento do RAG dois mil e quatorze. Nove ponto dois, parcialmente atingida, sendo que algumas com previsão até o final de dois mil e quinze, também observar se serão alcançadas até o fechamento do RAG dois mil e quatorze. Nove ponto três, parcialmente atingida, modificada a metodologia de avaliação será alterada no PAS dois mil e quinze. Nove ponto seis, não cumprida, foi reprogramada para o PAS dois mil e quinze. Nove ponto oito, não cumprida, projetos concluídos e foi reprogramado para o PAS dois mil e quinze. Nove ponto dez, parcialmente atingida, está em construção. Nove ponto onze, não cumprida, não foram aprovadas as reformas de elevadores pela Caixa Econômica Federal e será reprogramada para o PAS dois mil e quinze, com utilização de recursos próprios do Estado. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Leu a diretriz número dez: Promoção do Acesso da População a Medicamentos Seguros, Eficazes e de Qualidade, garantindo sua Adequada Dispensação. **Sra.**

Zuleide Dalla Costa (ACISPAR) diretriz totalmente aprovada, pois não tem considerações. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. **(F5)** Leu a diretriz número onze: Promoção do Acesso da População a Serviços de Qualidade, com Equidade e em Tempo Adequado às Necessidades de Saúde, por meio do Complexo Regulador. **Sra. Zuleide Dalla Costa (ACISPAR)** item onze ponto dois, parcialmente atingida, porque o consórcio dos município da Décima Sétima Regional (Londrina) não foi integrado ao módulo de consulta do Sistema de Regulação. Onze ponto cinco, parcialmente atingida, aguardando dados complementares será apresentado no fechamento do RAG dois mil e quatorze. Do Acesso ao SUS, esses são os pontos que não foram aprovados em sua totalidade com suas ações e metas como deveriam ser atingidos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Leu a diretriz número quatro: Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde Mental para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, e com necessidades decorrentes do uso do crack, álcool e outras drogas. **Sr. João Maria (IBDA)** informou que houve a apresentação na Comissão e não teve nenhum questionamento**. Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Leu a diretriz número doze: Implementação da Política de Vigilância e Promoção em Saúde, coordenando e regulando as Ações de Forma Articulada e Integrada Intra e Intersetorialmente e com a Sociedade Civil em Âmbito Estadual e Regional. **Sr. Pitol (PASTORAL DA SAÚDE)** informou que também leram todas as ações e muitas foram cumpridas e outras não, informou que a Comissão aprovou em sua totalidade não havendo questionamentos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informou que a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, os dados do Sinam ainda estão sendo compilados, mas com autorização de vinte e três de fevereiro de dois mil e quinze a meta do item doze ponto doze, como está na RAG é setenta e um vírgula quatro por cento, ela foi corrigida para noventa vírgula trinta e quatro por cento e a meta doze ponto vinte e um, invés de ser noventa e dois vírgula vinte e dois por cento o número real é de noventa e quatro ponto vinte e três por cento na data de vinte e três de fevereiro. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que então até a RAG novos números devem aparecer**. Sr. Nilson (SINDIFAR)** aproveitou a citação do ponto doze ponto vinte e um e informou que a Comissão solicita a este Pleno, a elaboração de um documento junto ao Centro Estadual de Saúde do Trabalhador em relação aos municípios que não estão notificando pediu auxílio dos conselheiros que por ventura residam nestas cidades para auxiliar na entrega desta documentação. Informou que tem a relação dos municípios. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que acha mais prudente notificar os conselhos municipais destas cidades para que eles cobrem essa atuação. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** citou os municípios e a Regional a qual pertence: Adrianópolis, Segunda Regional, Amaporã, Décima Quarta, Boa Esperança do Iguaçu, Oitava, Conselheiro Mairinque, Décima Nona, Farol e Fênix, Décima Primeira, Flor da Serra do Sul, Oitava, Guaporema, Décima Terceira, Indianápolis, Décima Terceira, Iracema do Oeste, Décima, Itabuna do Sul, Décima Quarta, Ivatuba, Décima Quinta, Jundiaí do Sul, Décima Nona, Mirador, Décima Quarta, Nova Cantu, Décima Primeira, Paranapoema, Décima Quarta, Porto Rico, Décima Quarta, Salto do Itararé, Décima Nona, Santa Amélia, Décima Oitava, Santana do Itararé, Décima Quarta, São José da Boa Vista, Décima Nona, São Pedro do Paraná, Décima Quarta e Tamboara Décima Quinta. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** endossou o pedido aos conselheiros para auxiliar caso conheçam alguém nestes municípios. **Sr. Valton Witkowski (SINDIPETRO)** perguntou se aqueles municípios que tem conselho municipal tudo bem, mas e aqueles que não têm como irão ficar? **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que fica difícil repassar valores, porque um município sem conselho municipal está irregular e por isso não pode receber verbas. Para que haja um fundo tem que ter conselho. Existem muitos irregulares, conselhos irregulares. A tarefa do CES é fazer com que os conselhos sejam notificados e enviar para o município também. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** o CEST faz para os municípios e o CES com o Controle Social. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** informou que a Comissão votou pelo que ela entendeu, o CES notificasse os conselhos municipais com cópia aos gestores municipais, não há necessidade de passar pelas regionais, já que sabe-se quais são os municípios e estes não estão fazendo as comunicações e isso impede o atingimento da meta. Essa é a proposta da Comissão. **Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** informou que tem visitado alguns municípios e nota-se a fragilidade da regional. E acha que tem que ser fortalecido. Não precisa passar pela regional, mas também com cópia para a regional. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão, sem manifestações. Leu a próxima diretriz treze: Democratização da Gestão do Trabalho. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** a Comissão de RH solicitou a inclusão de um novo quadro com os servidores que estão de licença na área de saúde no quadrimestre. No Relatório

Quadrimestral e na RAG o número de concessões por quadrimestre, é para ser incluso um novo quadro com quem está de licença saúde, seguindo o modelo do quadro da licença maternidade que mostra as concessões. **Sra. Livia Diniz Lopes Sola (FAMOPAR)** colocou em discussão. Leu a diretriz quatorze: Desenvolvimento da Política Estadual de Educação Permanente para o SUS. **D. Rosalina (ASSEMPA)** a Escola não apresentou na Comissão ontem. **Sra. Gisele (Escola Pública de Saúde)** disse que fez um resumo, considerando tudo o que foi; as metas foram atingidas previsto na grande maioria dos cursos ofertados em três mesorregiões ficaram abaixo da meta estabelecida que foram no Norte Pioneiro, Noroeste e Sudeste. No Noroeste atingiram sessenta e quatro por cento da meta, no norte pioneiro atingiram quarenta e sete por cento e no sudeste sessenta e dois por cento. Em todas as outras regiões foram satisfatórias. Não foi por falta de eventos promovidos e sim por falta de alunos. Entenderam que precisam melhorar a relação da Escola com os profissionais destas regionais para atingirem as metas. Em relação aos eventos promovidos eles superaram em bastante a meta. Justificou isso porque a Escola ao longo do ano passado investiu muito na descentralização dos cursos. Então, a meta foi prevista para ofertar cursos centralizados, então os cursos foram promovidos não só nas sedes ou nas regionais como eram feitos. **Sra. Livia Diniz Lopes Sola (FAMOPAR)** questionou se a Comissão gostaria de comentar e alertou que isso não poderia acontecer novamente. A apresentação deve ser feita na Comissão, para que não seja pego de surpresa com informações durante a Plenária. **D. Rosalina (ASSEMPA)** explicou que a Comissão de Educação Permanente e Comunicação tem feito junto estas discussões com a Escola e que talvez por conta da troca de diretor, a Escola não entendeu que tinha que ir na Comissão e pensaram que tinham que ir na Plenária, mas como as Comissões estão acompanhando o trabalho da Escola junto com o Curso de Capacitação de Conselheiros, considerou que houve um grande avanço. **Sra. Livia Diniz Lopes Sola (FAMOPAR)** colocou em discussão. E disse ter uma dúvida, quando a Sra. Gisele disse que as regiões acabaram não tendo o curso, se está contemplado o município de Maringá. **Sra. Gisele (Escola Pública de Saúde)** disse que estes números não são sobre o Curso de Capacitação. **Sra. Livia Diniz Lopes Sola (FAMOPAR)** disse estar esclarecida e questionou se mais alguém teria considerações. Leu a diretriz quinze: Ampliação e Fortalecimento dos Espaços de Participação da Sociedade e do Controle Social. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** no item quinze ponto um, foi atingido vinte e um por cento dos municípios que participam do Participasus. Nos municípios acima de cinquenta mil habitantes, foi atingido quatro por cento. Nos municípios que não participam do Participasus, foi atingido vinte e sete por cento. A Comissão sugeriu que a Ouvidoria deverá informar o CES para a participação dos conselheiros municipais e estaduais quando houver reuniões. A Secretaria Executiva do CES poderá fazer um ofício para as entidades conselheiras estaduais para que os conselheiros contribuam na fiscalização da fixação dos banners da Ouvidoria nas portas de entrada dos estabelecimentos contratados pelo SUS e nas unidades próprias do Estado. Fazer um ofício para ACISPAR solicitando explicação sobre o não funcionamento das Ouvidorias nos consórcios intermunicipais de saúde. Garantir que os servidores do Estado indicados para a função de ouvidor de saúde nas regionais e unidades próprias não acumulem funções de chefia por impedir o bom andamento da Ouvidoria. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** Essa diretriz tem dois objetivos e um é Ouvidoria e outro é Controle social. Colocou em discussão a Ouvidoria. **Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR)** pediu um esclarecimento. Até por conta do ofício para a ACISPAR, onde fala que nos consórcios não tem ouvidoria, porque no de Londrina tem ouvidoria, ela fala que já conhece alguns que tem ouvidoria. **Oliva (Ouvidoria SESA)** quando implantarão as ouvidorias que a ACISPAR procurou a ouvidoria geral, ficou acertado que seria implantado num modelo padrão de trabalho com sistema informatizado para poderem se conversar entre si. O sistema permite que o cidadão seja contatado e acompanhe a sua manifestação. Todo um processo que foi acompanhado. Hoje tem vinte consórcios inativos e apenas cinco funcionando. Por isso está sendo debatido para definir o que será feito com estes vinte que não estão funcionando e alguns não funcionaram desde o inicio. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** continuando a diretriz quinze. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** no quinze ponto quatro: foram finalizadas na Primeira, Terceira, Nona , Décima Segunda e Décima Sétima. Estão em andamento na Segunda, Décima, Décima Quinta, Décima Sexta e Vigésima Segunda. Quinze ponto cinco, a licitação foi fracassada e não foi possível realizar a reunião. Quinze ponto seis, oitenta por cento de frequência dos conselheiros. Quinze ponto nove, dentro desta diretriz a Comissão sugeriu fazer uma moção de repúdio em relação ao Saúde Mais Dez, porque tiveram mais de dois milhões de assinatura sendo que foi desconsiderada esta iniciativa da população. E sugere-se também que

pautasse este tema no Conselho Nacional de Saúde. Quinze ponto quatorze, foram sessenta e seis ponto quinze. Quinze ponto quinze, sessenta e oito ponto cinquenta e três por cento. Os demais foram integralmente atingidos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. **Sr. Clodoaldo F Santos (COSEMS)** sobre o Saúde Mais Dez, também foi discutida na Comissão de Orçamento, e queria deixar registrado que isso é uma falta de respeito do governo federal, com os municípios com o Controle Social e com a população, esse é o momento que tem que discutir nas conferências municipais, Estadual até chegar na Nacional, não há ainda um cenário de como isso irá se comportar mas tem que voltar essa discussão, porque talvez a Saúde Mais Dez tenha sido protocolada num momento não interessante, para aquele movimento, talvez seria agora esse momento, mas quer registrar mais uma vez que a União não respeita os municípios como ente federal, como coparticipante e gestor do Sistema Único de Saúde **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** complementou que a União e o Congresso. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** analisando os vinte por cento de falta, de ausência, este índice é alto. **Sra. Gisele (Escola Pública de Saúde)** esclareceu que estes vinte por cento de falta são de agenda, que as entidades não encaminham, o comparecimento são oitenta por cento. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** disse que ainda acha o índice alto de ausência uma vez considerando titular e suplente. **Sra. Gisele (Escola Pública de Saúde)** informou que são eventos de conferências temáticas. Não nas reuniões. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** concordou então com a informação. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** complementou que as atividades onde a frequência dos conselheiros é baixíssima, tiveram conferência com praticamente cinco ou seis membros do Conselho de setenta. Todos os delegados que vêm, eles querem ver as posições dos conselheiros, querem conversar e não estão lá. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** completou a fala do Sr. Antonio Garcez porque concorda que o governo deu uma rasteira, mas o Congresso hoje em tudo o que desejam eles conseguem. Então eles foram coniventes com esta rasteira. Então, hoje fecha um compromisso de conversarem com os deputados que hoje estão lá. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** afirmou que as vantagens recebidas foram explicitas inclusive derrubando bancadas da oposição levando-os a votarem como eles queriam. **(F6) D. Rosalina (ASSEMPA)** a Comissão entendeu que precisam para o próximo PPA precisam rever suas diretrizes pois ainda estão subordinadas às diretrizes da Ouvidoria. Alguns assuntos ficam difíceis de avaliar. Eles mantêm a questão de cem por cento da participação, tomando cuidado junto à Secretaria Executiva de fazer a acareação se essa participação é essa mesma, olhando conferências, olhando agendas das entidades para chegando ao final possam estar com a pontuação correta. Essa agenda do Conselho Estadual com o Conselho Nacional referente à Saúde Mais Dez, pois estão com muitos eventos com as conferências municipais e estadual chegando a Nacional com o tema SUS Saúde com Qualidade, mas qualidade começa com o recurso porque não adianta querer fazer as coisas e não ter como fazer. Por isso pede urgência em fazer essa solicitação junto ao Conselho Nacional, para fazer pressão junto aos deputados. Sabendo que o Conselho Nacional tem uma pré-agenda no dia sete de abril para ir falar com os deputados, talvez seja melhor provocar esta conversa com o Conselho Nacional antes desta data. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** olhando o calendário é possível colocar essa pauta na reunião de março, então pede que os conselheiros já se preparem para este assunto, trazer coisas substanciais para que se discutam em Pleno e cheguem antes desta data no Conselho Nacional subsidiados para a conversa, antes de falarem com os deputados no dia sete de abril e deve ser esta data por conta do Dia Mundial da Saúde. Nessa manobra, o maior prejudicado foi à saúde. Quando eles falam em saúde com qualidade, mas com recursos dos municípios, pois são eles que estão tendo que pôr trinta por cento de seus recursos na saúde. **Sr. Jonas (CUT)** diante do esforço queria fazer uma proposta de encaminhamento para que a Mesa encaminhe uma correspondência ao Conselho Nacional, pautando o dia sete de abril. Com certeza o Conselho já tem algo na sua agenda mas não é nada demais o Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná pautar algo a respeito da Saúde Mais Dez, a fim de mobilizar o Brasil inteiro e é um dia apropriado para um movimento em prol da Saúde Mais Dez. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concordo, disse que o encaminhamento será feito. Bem como a Mesa colocará o Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná se colocará à disposição do Conselho Nacional para também fazer alguma contribuição a respeito da Saúde Mais Dez. Diretriz dezesseis: Qualificação dos Gastos e Ampliação de Recursos no Financiamento do SUS. Comissão de Orçamento. **Sr. Rangel da Silva (FEHOSPAR)** apresentado o relatório pelo servidor Éverton e pelas contas das receitas vinculadas, num valor total de vinte e três ponto um bilhões aproximadamente, teve as despesas empenhadas de dois bilhões e

oito milhões, dando um percentual de doze ponto vinte e nove por cento dos recursos próprios em saúde. Analisando e tirando onde estão os SAS, HPM e Leite das Crianças, vai para dez ponto noventa e seis por cento. O representante da SESA informou que o SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde) aceitou o percentual com os itens inclusos. Em relação ao valor líquido da fonte, viu-se que estava com oitenta por cento do empenho, mas foi informado no final que esse percentual foi atualizado e pode desconsiderar os oitenta por cento. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em discussão. Sem manifestações. Todos estão cientes das apresentações, como sempre são feitos os indicativos necessários mas deixam a aprovação final para a RAG dois mil e catorze. Quarto assunto: Comissão Organizadora da Décima Primeira Conferência Estadual de Saúde. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** apresentou a logomarca da Conferência Estadual. Explicou que a bolsa será utilizada a padrão e que a logo será feita no plástico da bolsa. As camisetas serão entregues para a Comissão Organizadora, para a Comissão de Apoio, Secretaria Executiva e Regionais de Saúde, e também serão entregues para os participantes que irão para a Conferência Nacional representando o Paraná. Cada Comissão terá uma cor diferenciada. A Comissão Organizadora usará vermelho, as equipes de apoio camisetas brancas e como de praxe a camiseta dos delegados para a Nacional será verde. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** questionou se a Comissão propõe que o Conselho avalie a logo e explicou que a Comissão já avaliou a logo, bem como a Mesa disse que é uma boa logo e trouxe agora para o Pleno para discussão. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** lembrou o tema da Conferência, vai ser alterado porque não foi aprovado o regulamento, após a aprovação do regulamento farão a discussão do tema. **Sr. Amauri Lopes (ANEPS)** parabenizou ao Conselho e principalmente para a Comissão Organizadora pela escolha da logomarca. Disse que está belíssima e colocou a todos à disposição em carregar a Décima Primeira Conferência Estadual com eles. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** fez uma colocação, pediu para que seja descrita a logo, pois é deficiente visual. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** descreveu a logo para a conselheira. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informou aos conselheiros que caneta, blocos de anotações, crachás e os certificados serão utilizados os padrões utilizados pelo Conselho, pois já estão prontas e são utilizados em todos os eventos do Conselho. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** Lembrou a todos que não foi a Comissão Organizadora que definiu assim, mas o Pleno que deliberou que todos os atos teriam padrão bolsas, e demais itens. **Sra. Edna (ANEPS)** pediu para que coloquem o desenho das camisetas. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** explicou que ainda será colocado o logo do Conselho, que ainda está só com a logo da Conferência. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** pediu licença para explicar o motivo do onze, o que fica marcado na Conferência é o número dela. Quando o pessoal da comunicação trouxe o onze destacado ele achou interessante que é o que marca o Evento bem como as cores do Conselho. Em processo de votação. Aprovada. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** passou para o regulamento, encaminhou para a Mesa que fizesse apenas a leitura e os pontos a discutir fossem destacados para após o intervalo de almoço. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concordou. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** pediu um encaminhamento, sugere que seja feita a leitura ponto a ponto e colocado para quem quiser fazer algum destaque, senão à tarde terá que ser relido os destaques. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** questionou se a proposta era fazer os destaques ponto a ponto. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** concordou que seja item a item para que se não tiver destaque aprova e segue. **Sra. Irene Rodrigues dos Santos (FESSMUC-PR)** compreendeu a fala da Terezinha, mas em via de regra, discute-se coisas que estão adiante, sugere que seja lido capítulo a capítulo, ao invés de item a item. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** questionou a Sra. Terezinha se a ideia da Sra. Irene contempla. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** afirmou que sim. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** colocou em apreciação do Pleno. Em processo de votação. Aprovado a leitura por capítulos. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** justificou a ausência da coordenadora geral Cleide devido a problemas familiares teve que se ausentar e por isso ele está conduzindo a apresentação. Começou a leitura do regulamento da Conferência, capítulo um. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** pediu as indicações dos destaques. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** informou que seu destaque é que está faltando o item de finalidade: que é aprovar e emitir proposta para Conferência Nacional de Saúde. Mais um destaque que é o nome da Conferência que ao invés “de qualidade” mudasse para “com qualidade”. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** pediu esclarecimento quanto a data da Conferência se já está fixada esta data como está. Porque no regulamento está setembro. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** disse que anotou o questionamento, mas gostaria

de pegar todos os destaques primeiramente e quanto à data a Aline (Secretaria Executiva) dará as explicações *a posteriori*. **Sra. Irene Rodrigues dos Santos (FESSMUC-PR)** disse que pediu para a Aline esclarecesse a questão, pois muitas inscrições poderiam ser canceladas pois ela mesma estava indo nesta linha. **Sr. Fabio (Secretaria Executiva)** explicou que por ora a data é a data retirada em resolução pelo próprio Conselho, dias dois, três e quatro de setembro. Porém desde o ano passado estão com dificuldades de encontrar local para a realização da Conferência neste período, estão indo atrás de outros locais e com outras datas. Mas ainda não é oficial. Estão trabalhando com outra data e outro local ainda informalmente. **(F7)** Informou que caso mude o local e a data, deverá ser mudado no regulamento também. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** lembrou que teve um debate para garantir que fosse esta data prevista, mas o local que estava estudado, exige um adiantamento e não existe isso em serviço público. Pediu que não fosse divulgado nada a respeito ainda por não ter nada firmado. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** resumiu que existe uma previsão de data, e que estão fazendo o possível e o impossível para que seja na ExpoUnimed que é um lugar extremamente adequado e no prazo que precisam, mas o momento é tratativas burocráticas para acertar isso. **Sra. Irene Rodrigues dos Santos (FESSMUC-PR)** falou que iria falar sobre isso, lugar e data devem estar fechados, pois Curitiba e Região Metropolitana são dois espaços diferentes. Parece que terá que ajustar isso também quando for definido lugar, para que não tenha nenhuma brecha no Regulamento. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** lembrou que como tem a resolução definindo a data e o lugar sendo Pinhais o escolhido, como terá que alterar o Regulamento, obrigatoriamente terá que ser feita uma nova resolução alterando a primeira. Onde citarão o local e a data corretos para a realização da Conferência. **Sr. Juliano (CRP)** colocou em relação ao tema informado, devido à complexidade e importância de uma conferência, além do número dela o tema também marca. Pede para que a Comissão e para o Conselho verificar se o tema: “Saúde de qualidade para os paranaenses”, consegue dar o tom, tanto da conjuntura quanto dos problemas e objetivos e necessidades do Estado neste momento. Se este tema não deveria ser mais estruturado. Se já foi discutido e bem analisado este tema. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** informou que foi levado às Comissões ontem, nas Comissões foi apresentado o tema e foi dado amplo espaço para discussões, mas foi definidos eixos para contemplar isso que o Sr. Juliano disse, dando um gancho para à Conferência Nacional que trata da questão da qualidade, foram discutidas em duas ou três reuniões. **Sr. Juliano (CRP)** questionou em qual reunião de Comissões, de que mês foi discutido o assunto. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** respondeu que foi na deste mês. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** esclareceu que foi em várias salas, e que apresentou o tema central era esse e que as Comissões deveriam definir os temas das oficinas, o que não impediam as Comissões de discutir o próprio tema também. Propôs um encaminhamento, se algum conselheiro quiser apresentar um novo tema, deve apresentá-lo e será aberto debate. Ela pede que o Sr. Juliano diga o tema que ele propõe. **Sr. Juliano (CRP)** disse que sua fala é no intuito de provocar mesmo, que estava presente ontem em duas reuniões de Comissões onde foram apresentadas, mas disse que as apresentações não foram neste sentido de trazer para as Comissões discutirem o tema, mas que cada Comissão estava dentro de um eixo e que poderia pensar em sua oficina. Já estava com estes eixos determinados inclusive determinando quantas oficinas cada Comissão poderia fazer. Qual seria o eixo que estaria a Comissão. Se o Plenário achar que este tema é abrangente tudo bem, a reunião que foi feita dia trinta de janeiro, quando estava se discutindo o plano de comunicação surgiram temas bem interessantes que hoje não trouxe, sendo assim não teria como apresentar uma sugestão de tema, mas provoca sim o Plenário para que pensem se este tema abrange a problemática atual. Se abrange, tudo bem. O Pleno é soberano para encaminhar isso. **Sr. Nelson Mayrinque Giansante (CRM)** fez uma proposta de redação, no caput quando se fala em Conferência Estadual de Saúde, falta o número onze, décima primeira. Para deixar específica para esta Conferência e não generalizar. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** esclareceu que naquele ponto está dizendo que uma Conferência é um fórum, pois é isso que o decreto fala. **Sr. Nelson Mayrinque Giansante (CRM)** informou que como tem aspectos atuais nas finalidades entende que deveria ser específica. Mas se a Comissão Organizadora e a Mesa acham que deve permanecer assim, tudo bem. Outro ponto é o parágrafo único, pela sua importância, deveria ser artigo segundo e não um parágrafo. Pois trata da data e local. E trata de uma Conferência única. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** afirmou que o Sr. Nelson tem razão e pediu para que fossem tratando fala a fala para não perderem nenhum detalhe. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** repetiu o que a Sra. Terezinha falou sobre a falta do inciso para propor as

diretrizes para a Nacional e confirmou que isto já foi atendido. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** leu como ficou o inciso cinco: propor e aprovar propostas para o Plano Estadual de Saúde do Paraná e encaminhar proposta para a Décima Quinta Conferência Nacional de Saúde. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** ficou em dúvida se a Conferência propõe ações para o Plano. Sabe que ela aprova diretrizes que norteiam as ações para o Plano. Propõe que tire o Plano e mantenha a questão das diretrizes para a Nacional. Questiona à Sra. Terezinha se ela concorda pois foi ela quem fez a proposta e agora está apresentando uma contra-proposta. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** não concorda, pois não cabe à Conferência Estadual aprovar diretrizes para a Nacional e sim encaminhar propostas para a Nacional. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concorda e pede correção. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** leu como ficou o inciso cinco: aprovar propostas a serem encaminhadas para a Décima Quinta Conferência Nacional de Saúde. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** repete a leitura do inciso cinco: aprovar propostas a serem encaminhadas para a Décima Quinta Conferência Nacional de Saúde. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** concordou e nos itens dois e três não contemplam, porque avaliar essas questões é uma coisa, agora tem as propostas que serão feitas para a Nacional, mas tem que ser repensado a melhoria da saúde no Paraná. Talvez: formular e aprovar propostas para a melhoria da saúde no estado do Paraná. Então, ficariam dois itens das propostas do Paraná e o da Nacional que já está correta, mas falta a do Paraná. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que está certo e leu o artigo dois: formular, fixar e avaliar as diretrizes gerais para a política estadual de saúde enquanto políticas públicas. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** concordou em termos. Disse que formular, analisar está correto. Mas propor propostas é uma coisa, mas ali está falando em diretrizes, então neste artigo também serão propostas e não diretrizes. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que está sendo discutido conceitos de formular e propor. Alguns estão entendendo que quando se fala formular é o mesmo que discutir, votar, propor. Quando se diz em diretriz é porque vai se elaborar diretriz com as propostas elaboradas. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** lembrou uma fala dela quando se discutia a LOA. Disse que no Pleno são pessoas que estão no Conselho a muito tempo e que entendem bem as diferenças, porém estão elaborando uma Conferência aberta, um evento onde estarão muitas pessoas leigas. O importante é o texto estar compreensível. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questiona se podem alterar e colocar propostas no texto, formular as propostas para as diretrizes, pergunta se muda alguma coisa, ele mesmo responde que não interfere. **D. Rosalina (ASSEMPA)** ela lembra que a aprovação é do Regulamento que irá conduzir a Conferência Estadual e municipal, tinha se inscrito pela questão do tema, mas acha que as propostas estarão vinculadas ao tema que será tratado. Sugere que aprovem o tema primeiramente para depois passar as propostas. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** esclarece que a discussão está no âmbito conceitual, se a palavra formular está abrangendo ou não. Para tirar as dúvidas, sugere formular propostas e acabam com a discussão conceitual, pois não está avançando. **Sra. Maria Lucia (Malu) (ASSEMPA)** propôs que o tempo de fala seja de dois minutos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questionou se alguém discorda em colocar a palavra proposta no texto. Concordado, seguiu para o tema. Pediram para ler o inciso dois. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** fez a leitura do inciso dois: formular propostas e fixar e avaliar as diretrizes gerais para a política estadual de saúde enquanto políticas públicas. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** Sobre o tema. Informa que é possível sair do tema da nacional, mas as propostas a serem encaminhadas ficaram fora de foco inibindo a discussão na Nacional. Outras situações são diferentes. A Conferência Estadual faz parte da Conferência Nacional, não é isolada, bem como as dos municípios não são só dos municípios. Informa que não é para defender, mas explicar que esse tema abrangente é porque tem um tema que abrange a questão da Nacional que é qualidade e pode discutir a quatro eixos e o que a Comissão se debruçou é um tema central mais aberto com eixos centralizados para serem trabalhados. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** complementa que a Comissão abriu as oficinas para as Comissões fazerem com temas mais variados. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa os temas das oficinas serão variados focando em qualidade. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** questiona ao Juliano se ele mantém a fala e ele pede a palavra. **Sr. Juliano (CRP**) ele se sente incomodado por entender que a Conferência é um momento significativo para avaliação da saúde no Estado e pensar e propor ações para os quatro anos. Elencar os desafios, quais são os retrocessos, avanços que aconteceram neste período. E quais os focos de atenção a serem trabalhados. Ele sente falta justamente desta análise mais aprofundada do diagnóstico que o Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná vem realizando sistematicamente. Ele entende que a Conferência Estadual faz parte da Conferência Nacional, mas acha que precisa ser adaptada à realidade do

Estado, para que aproxime da realidade dos municípios. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que entende a angústia do Juliano, mas explica que é função da Conferência como um todo é a análise da situação que é o que ele está pedindo. Pois sem diagnóstico não se propõe nada. **(F8) Sr. Juliano (CRP)** informa que na sua opinião, o Conselho ao mesmo tempo que organiza o regimento da sua Conferência ele deve também exprimir seu diagnóstico, que lhe cabe. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** falou ao Juliano que sua questão está contemplada nas diretrizes que estarão em discussão na avaliação. No tema, uma coisa que é falado de qualidade, instrumento é de qualidade material é de qualidade, mas comportamento, atendimento, procedimento é com qualidade, só trocar o "de" para "com" qualidade que será mais abrangente. **Sr. Jeremias (UEL)** teve a oportunidade de refletir sobre o tema colocado e na avaliação feita entenderam que a organização foi feliz na escolha do tema e dos eixos, acharam rico. Acha que é possível desenvolver no assunto, refletindo o interesse e as necessidades da saúde no Paraná. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** pediu o encaminhamento do seguinte ponto: sugeriu que se atenham ao tema, e após o almoço trazer os demais itens em aprovação. **Sra. Irene Rodrigues dos Santos (FESSMUC-PR)** encaminhamento: se sente incomodada na questão dita pela Sra. Terezinha do termo "de" para "com". Pode estar enganada, mas está habituada a falar de qualidade e o tema da Nacional é "de", que não quer se posicionar contrária sem ter conhecimento de causa, quer fazer a proposta de encaminhamento que antes de mudar "com" ou "de" que seja feito uma análise do ponto de vista de linguagem para não correr o risco num Evento tão divulgado, para não mudar o sentido. **Sra. Sonia M. Batista Krachenski (CREFITO)** pedido de encaminhamento: pediu para o Sr. Juliano trazer o tema sugerido por ele, para que em votação decidirem entre o da Comissão e o sugerido. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** fez um encaminhamento da Mesa, ouvindo todos, para não perder tempo, ir para o processo de votação, pois se os conselheiros quiserem manter o tema, ele entende a posição do Juliano, mas não tem porquê continuar batendo numa coisa que depois de duas horas vão voltar ao início. Quanto ao "de" e o "com", será colocado o que melhor se encaixa ao que o Conselho espera. **Sr. Juliano (CRP)** concordou com o encaminhamento do Presidente da Mesa. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** colocou em votação. Quem concorda em manter como a Comissão trouxe para a Plenária. Um contrário e duas abstenções. Aprovado o tema do jeito que foi trazida. Passou recado do *check out* e liberou para o almoço retornando às treze horas e trinta minutos. **(F9) Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** reiniciou a reunião com contagem de quórum, onze conselheiros, às treze horas e trinta minutos, não poderá dar início à Plenária, por falta de quórum. **Sr. Claudiney Batista (SINDPETRO)** justificou a ausência do Sr. Valton por conta de uma reunião em São Mateus do Sul. **(F10) Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** reiniciou a reunião com contagem de quórum, vinte e dois conselheiros, às treze horas e trinta e seis minutos. Informou a continuidade do assunto: Décima Primeira Conferência Estadual de Saúde. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** questionou se continuariam a fazer a leitura e depois os destaques. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** lembrou as alterações feitas pela manhã. Disse que a Marise sugeriu o envio do documento para análise do Jurídico, mas acha que não é necessário, pois parágrafos dão sentido ao que está acima dele, ao artigo, ao inciso. Então o parágrafo único, estar abaixo do inciso quinto é porque ele dá sentido ao inciso quinto o que não é o caso neste documento. Sugere que, seguindo a sugestão do Nelson, deve se tornar um artigo e não um parágrafo. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** questiona se fará a leitura de item a item ou do capítulo todo. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** respondeu que deve ser feita a leitura capítulo a capítulo e se destaca ao final. Perguntou a todos se fechou o capítulo um. Sugeriram que se finalize a leitura de todo o Regulamento para aprovação integral ao final. Pediu o prosseguimento à leitura. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** fez leitura do capítulo dois. Foi interrompido e indagado a respeito de parágrafos e incisos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** respondeu dizendo que onde está parágrafo deverão ser passados para incisos e onde está inciso terá que se tornar parágrafo, mas isso é composição de legislação e será feita revisão. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** deu continuidade à leitura do capítulo dois. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** interrompeu a leitura por ser extensa e perguntou se podem fechar esta sessão antes de continuar. Houve concordância. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** pediu a releitura do início do parágrafo. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** leu o artigo segundo. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** sugere a alteração para: "todas as pessoas interessadas inscritas e eleitas conforme os artigos abaixo" porque do jeito que foi escrito dá a impressão que qualquer pessoa ou entidade interessada poderá participar, não havendo inscrição nem eleição. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** discorda informando que qualquer pessoa pode participar desde que respeitando algumas condições, tendo em vista que nos artigos abaixo fala da inscrição e as demais condições estão abaixo, não se deve restringir já no

começo. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** ele acredita que está invertido na fala da Solange, essas são as condições o que vem abaixo, são os critérios. Informa para Terezinha que o texto está correto, pois descreve as condições e abaixo os critérios. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** aceita com restrições e coloca o ponto dos números de participantes, mil e duzentos e esclarece que não está informado quantos suplentes serão e a soma está apenas dos delegados eleitos não contando os participantes observadores nem o critério da participação dos observadores. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** esclarece que ainda tem mais sessões a serem lidas e que lá dirá os critérios para os convidados e observadores. **Sra. Terezinha Lima (IBDA**) indaga novamente que a soma dos delegados já soma os mil e duzentos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** relê a parte do texto: será formada por mil e duzentos delegados distribuídos da seguinte forma. Esclareceu novamente a questão dos parágrafos e incisos, que serão compostos corretamente conforme legislação. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** informa que no quadro das vagas, foram distribuídas as vagas e não reservaram as vagas para os trabalhadores do Conselho. É o único segmento que não está contemplado. **(F11)** Sra. Solange pede desculpas, informa que está correto, contemplado o segmento trabalhadores com oito vagas. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** deu continuidade a leitura do capítulo dois, sessão dois. Quando da leitura das oficinas, no parágrafo segundo, explicou que foram programadas até doze oficinas e como a Comissão de Educação Permanente tinha duas e fará apenas uma, ficando onze oficinas. Lembrou que as Comissões organizarão as oficinas, trazendo convidados, relatoria, tudo. Continuou a leitura, parágrafo terceiro. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** na questão que fala das entidades que recebem qualquer receita proveniente do SUS. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** relê o parágrafo pedido. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** questionou sobre a receita recebida, se é só as inscritas no CNES ou qualquer verba. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explica que a Resolução informa qualquer verba relacionada à saúde. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** informa que se a entidade fez um projeto e está recebendo verba, entende-se que está recebendo dinheiro público, então se encaixa nesta Resolução e automaticamente deve respeitar este critério. Isso deve ser replicado nas conferências municipais. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** contradisse informando que não é o que diz a lei, ela explicou que somente se enquadra quando se trata de prestadora de serviço em saúde, quando a entidade recebe para fazer reabilitação com fisioterapia ou coleta de sangue por exemplo, mas aquelas que recebem verbas para custeio não se enquadram. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** auxilia a explicação da Terezinha, dando exemplo em construção civil e informando que se a verba não for utilizada para serviços em saúde, não impede a entidade para se inscrever no segmento usuário. Mas se for para serviços de saúde, impede. Complementa dando exemplo das Apaes, algumas fazem atendimento na área de saúde, então não podem se inscrever como usuária e sim como prestadores de serviços, já as Apaes que fazem atendimento no âmbito educacional, podem se inscrever como usuárias. **Sra. Syr Dária (Fórum ONG AIDS)** pediu esclarecimento da diferença entre prestador de serviços e aquele que faz o projeto. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** se a entidade recebe uma verba e presta serviços em saúde, mesmo que para população restrita, mesmo que com prazo determinado, ela está naquele momento prestadora de serviços. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** lembrou uma fala do Dr. Marco Antônio no Conselho. O CNES e a Promotoria Pública entende como prestador de serviços, aquela entidade que recebe por procedimento. **Sra. Marise (SESA)** pediu para auxiliar a esclarecer. Se o critério é procedimento tem que consultar primeiramente o CNES e se lá estiver cadastrada por si só não poderá participar como usuário. Depois terá que ser analisado o para que ela recebe este recurso porque muitas entidades não recebem só por procedimento. Por exemplo: COMSUS, HOSPSUS, não recebem por procedimentos mas prestam serviços de saúde. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** citou também o exemplo da Pastoral da Criança que recebia verba e hoje não recebe mais, ganharam uma declaração que hoje eles não recebem nenhuma verba para utilização em saúde, isso para participar em todas as conferências no Brasil. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** complementou que este documento está com o Sr. Clovis e será utilizado na Conferência Estadual para inscrição da Entidade. **Sr. Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** a melhor forma para avaliar isso é ver a origem da verba, se veio do SUS é prestador de serviços não é usuário. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que a melhor explicação foi esta do Sr. Moacir. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** parabeniza a Comissão por colocar este tópico a discussão. Porque assim esclarece a todos quanto aos critérios de inscrição. **Sr. Jeremias (UEL)** informa que o Ministério da Saúde tem uma tabela e a relação de procedimentos RENASES (Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde) e coloca que nem todos os recursos do SUS são utilizados para

atividades relacionadas diretamente à saúde, cita pesquisas. **Sr. Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** esclarece que mesmo caso de pesquisas, se a entidade faz uma pesquisa para o SUS é porque existe o interesse do SUS nessa pesquisa, então volta para saúde. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** faz o encaminhamento que podem manter e posteriormente debater que critério será verificar isso. Não precisa estar na Resolução como é **(F12)** tem que ser discutida mas não na Comissão. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** questiona era só em relação à lei, quando se coloca o critério, a lei. Reforça a questão da inscrição no CNES tendo em vista que se inscrito é prestador, pois se recebe recursos para ações de prevenção, capacitação não é prestador de serviços. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questionou de que lei ela se refere. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** responde que a lei citada no Regulamento. E sugere que seja consultado se está inscrito no CNES. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** reforça que não é momento para definir por que ninguém tem conhecimento da lei em sua integridade e por isso fica difícil estabelecer um critério de aceitação. Pede que a Comissão se intere da lei na íntegra para discutirem de forma a chegar num critério justo para as inscrições. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** esclarece que a Comissão Organizadora pensou em exatamente doze porque mais de cem pessoas numa oficina ficaria complicado. Diante da situação de que uma Comissão abriu mão, sugere ao Pleno de fazer uma oficina com o tema: “Saúde de quem cuida da saúde”, com a Irene como palestrante, pois ela já fez essa oficina anteriormente e fechariam novamente doze. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** informa que a Irene já está coordenando outra oficina. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** também sugere a troca ou convidariam outra pessoa para falar deste tema. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** pergunta se todos aceitam o acréscimo desta oficina. Aceita sugestão. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** fala sobre as entidades que podem compor este Conselho, principalmente as entidades de indígenas. Os critérios de população impossibilitam terminantemente a participação deles por estarem em cidades onde a população é inferior a quarenta mil habitantes como descrito nos critérios. Pois jamais serão eleitos para participarem. Está na hora de eles começarem a participar, mas desta forma torna inviável essa participação. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que a regra impossibilitam a participação dos indígenas, pois sequer conseguem concorrer a uma vaga na Conferência como delegado. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** frisa que eles tem entidades, mas não conseguem sair das municipais. **Sra. Edna (ANEPS)** pediu para incluir nos dados dos delegados para incluir o dado do nome social. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** lembrou que tem uma resolução que obriga todas as inscrições nos eventos do CES a terem o nome social. Explica o que é o nome social, normalmente utilizado para transexuais e travestis, é o nome que ele utiliza e gosta de ser chamado sem ser seu nome de registro. Pediu para os conselheiros darem sugestões de como resolver o problema levantado pelo Leite. **Sr. Jeremias (UEL)** sugere que seja retirado das seiscentas vagas de usuários, que sejam das três cidades maiores dez vagas para os índios. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** questiona se é deixar um número de vagas específicas para indígenas. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** afirma que isso é complicado. Pois terá que mudar todo o formato de inscrição. Talvez só corrijam isso tirando da Conferência Estadual. **Sr. Moacir Gerolomo (Ministério da Saúde)** sugeriu conversar com os representantes das comunidades indígenas maiores a incentivar que os índios se inscrevam para vir no caminho normal. **Sr. Barrichelo (MOPS)** como tem na Nacional não pode ser tirado da Estadual, mas também não pode deixar vagas para eles outras entidades também vão querer. Na sua opinião, deve divulgar para eles e as entidades deles devem correr atrás de conseguir as inscrições. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concorda em fazer um trabalho de base, conscientização. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** se colocou à disposição em conversar com as entidades de Paranaguá e fazer o convite. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** pediu para dar continuidade e pensar nesse quesito posteriormente. **Sr. Pitol (PASTORAL DA SAÚDE)** pensa em aproveitar o ensejo da Conferência para mapear entidades que tenham conhecimento e estrutura para poder compor o Conselho futuramente. Hoje existe essa dificuldade por parte dos municípios. Se possível levantar as entidades antes mesmo das municipais acontecerem. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** concorda e acredita que os melhores auxiliares nesse trabalho são os próprios conselheiros. **Sra. Solange Izabel Marega (FESSMUC)** considerando que nem todas as cidades possuem conselheiros e muitas entidades não divulgam com receio de abrir disputa e perder a vaga no Conselho. Sugere que o Conselho Estadual de Saúde do Estado do Paraná envie uma resolução ou outro documento a todos os conselhos municipais alertando que o tempo de credenciamento das entidades para participar do conselho estadual é “x” com isso divulgou e dizer quais os critérios para que as entidades possam compor os conselhos. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** informa que não é só

divulgação ou CNPJ que impedem muitas entidades de compor o Conselho Estadual, o que impede é a representação desta entidade em cinco regionais de saúde, pois apesar de fazerem trabalho amplo no Estado, mas não conseguem suportar físico e financeiramente representantes nas cinco regionais. **Sr. Barrichelo (MOPS)** afirma que se tem vaga tem que reservar para os índios sim e que eles têm direito de representar e serem representados nos conselhos municipais e Estadual. **Sra. Maria Lucia Gomes (Malu) (ASSEMPA)** propôs que deem continuidade aos trabalhos, pois não é tarefa do Conselho trazer entidades para compor o Conselho. E as entidades devem cumprir as etapas para poder chegar a compor o Conselho Estadual. Quanto aos índios concorda com o trabalho de base, pois isso é um trabalho que não deve acontecer nas vésperas de Conferncia, mas sim ao longo dos quatro anos, bem como mapear entidades, isso é papel dos conselhos municipais. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** fez os encaminhamentos necessários, pede para retomarem as discussões do Regulamento da Conferência e a Comissão vai estudar e se debruçar sobre estas questões para trazer ao Pleno as propostas de solução para fazer uma Conferência melhor. Pede aos conselheiros que se detenham ao Regulamento. **(F13) Sr. Nilson (SINDIFAR)** continuou a leitura, sessão três. Foi interrompido a respeito dos eixos. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** sugeriu que os delegados preencham já na ficha de inscrição a opção do eixo que deseja participar. **Sr. Nelson Mayrinque Giansante (CRM)** complementa a fala da Terezinha que o delegado escolha a oficina e o eixo já na ficha de inscrição e que a distribuição fica a cargo da Comissão Organizadora. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR)** esclarece o que a Comissão tinha em mente. Deixar como critério para ocupação das vagas nos eixos, a ordem de chegada para credenciamento, para evitar problemas com os delegados no momento de colocá-lo em eixo diferente do escolhido. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que isso é feito em todos os congressos que ele participa. **Sr. Fabio (Secretaria Executiva)** explicou que o programa desenvolvido pela Celepar para gerenciar o credenciamento ele não faz o cadastro sem fazer a escolha do grupo. Para mudar isso teria que verificar com a Celepar, mas não sabe quanto tempo é necessário para fazer o ajuste. O sistema já trava quando o grupo está com as vagas preenchidas. **Sr. Jeremias (UEL)** defende que seja no momento da inscrição e que tenha segunda opção. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** sugeriu que se mantenha o critério de justificativa por ordem de inscrição podendo abrir até terceira opção. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** fechado a questão com opções no ato da inscrição. E verificar a questão do sistema. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** continuou a leitura do Regulamento capítulo quatro da Programação. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** questionou o *coffee break*, num dia tem muitos e noutro dia não tem nada. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** sugeriu que não precisa mudar, mas no dia a organização irá providenciar o *coffee break*. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** no último dia está extenso Plenária final, precisava estipular um horário exato de eleição dos delegados para o Conselho está estipulado, **(F14)**. mas precisa estipular horário para homologação facilita para a marcação de passagens de retorno de quem não reside em Curitiba. **Sra. Solange Izabel Marega Batista (FESSMUC-PR**) informa que o horário máximo será dezoito horas, esclarece que caso a Plenária final finalizar antes do horário previsto para a homologação com horário preestabelecido, obrigatoriamente deverão aguardar para dar o horário da homologação travando o encerramento do Evento. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** explicou que é melhor não determinar o horário da homologação tendo em vista que ao terminar a Plenária final, imediatamente após será a homologação, não travando o término do Evento a um horário específico. **Sr. Claudiney Batista (SINDPETRO)** concorda com a homologação não ter horário fixo, pois sabe de casos de perda de vaga por conta das pessoas responsáveis pela homologação não terem ficado para homologar por receio de perder o ônibus. **Sra. Maria Lucia (Malu) (ASSEMPA)** lembrou que para homologação terá que se fazer presente o conselheiro que participou desde o início e a entidade mandou os nomes aqui. **Sr. Claudiney Batista (SINDPETRO)** concorda que quem deve homologar é quem participa de todo o Evento e não representantes da empresa. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questiona a Terezinha se sanou sua dúvida. **Sra. Terezinha Lima (IBDA)** ela informa que se foi definido encerrar até às dezoito, tem que encerrar às dezoito, por conta das pessoas que irão viajar de volta aos seus municípios de origem. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que a Plenária final tem autonomia, se ela não finalizar até às dezoito, durante o transcorrer vai-se solicitar a postergação do término, tendo assunto a serem debatidos não se encerra sem finalizar os assuntos. **Sra. Maria Lucia (Malu) (ASSEMPA)** lembrou que a Comissão discutiu e debateu esses quesitos e lembrou também que a Comissão Organizadora foi votada por esta Plenária. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** continuou a leitura do Regulamento capítulo cinco da Organização. **Sr. Jeremias (UEL)** sugere

alterar que a Comissão foi referendada, para foi eleita. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** seguiu com a leitura para o capitulo seis - atribuições. Sem destaques, continuou a leitura do capítulo sete – dos Recursos. **Sr. José Leite (SINDPREVS)** questionou sobre os prestadores pediu para excetuar os conselheiros, que são delegados natos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que no último artigo dita que os conselheiros serão custeados pelo CES. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** continuou a leitura do Regulamento capítulo oitavo – das Disposições Finais. **Sra. Ely de Campos (UEM)** sugeriu a troca de Grade por Programação. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questiona se há mais algum destaque, não havendo, começa o processo de votação para aprovação. Aprovado o Regulamento. Sexto assunto: Comissões, com a palavra Comissão de Orçamento. **Sr. Jeremias (UEL)** informou que receberam bem como todas as Comissões, a resposta do Secretário consta da memória o parecer da Comissão, não cabendo leitura agora. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informou que a Mesa receberá as respostas das Comissões dependendo das respostas monta-se uma pauta ou responde ao MP. **Sr. Jeremias (UEL)** outro ponto a ser tratado é, conforme determinado na reunião anterior foi aprovado pelo Conselho que a Comissão de Orçamento coordenaria e elaboraria um documento para ser encaminhado o TCU do Acórdão trezentos e quatorze de dois mil e catorze face ao entendimento diferente da interpretação da AEC vinte e nove e LC um quatro um, foi enviado então o documento e pedido à Secretaria Executiva disponibilizasse este documento a todos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** passa a palavra à Comissão DST AIDS. **Sra. Syr Dária (Fórum ONG AIDS)** só uma questão, na Comissão o Grupo Marcela Prado esteve representado pela sua presidente, e a medida que foi-se falando da Conferência ela pediu que toda documentação referente à Conferência não esquecer de colocar a questão de gênero pois em alguns tinha somente “os” sem o alternativo “os e as”. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** passa a palavra à Comissão de Educação Permanente. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** a Comissão solicitou uma reunião que antecede a Comissão de Educação Permanente no dia vinte e cinco com o grupo de trabalho da Comunicação no período da manhã e o GT de trabalho do projeto de segunda e terceira oferta no período da tarde. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** questiona se alguém é contrário, ninguém se pôs contra, então, segue agendada as reuniões pedidas. Sugere que para a próxima reunião, quando houver relatório quadrimestral, RAG ou PAS e este assunto já está pautado e é o único assunto da Comissão, não precisa pedir ponto de pauta. Se tem assuntos diferentes, aí sim, pede ponto de pauta. Como sobrou tempo por conta da saída das Comissões, sugere aproveitar o tempo para ver a resposta ao MP. Questionou aos integrantes das Comissões se possuem o material enviado do PROSAU (Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública). **(F15)** porque fará a resposta com base na memória dos participantes das Comissões, ou com base nos pareceres das Comissões que tem algum documento nesta reunião. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** pela Comissão de RH. A Comissão entende que as ressalvas não foram sanadas, inclusive porque era contratação de servidores e num número certo e foi nomeado menos. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa que se trata de um ponto importante passado pela Comissão, pois há ressalvas não sanadas e se persistirem poderá gerar problemas ao Conselho. **Sr. Rangel da Silva (FEHOSPAR)** Comissão de Orçamento. Eram dois itens, referente ao item um não há observação a ser feita, quanto ao item dois que pese o Acórdão trezentos e quatorze do TCE a Comissão reafirma que não foi cumprido o percentual mínimo de doze por cento uma vez que foram consignados as despesas com o SAS, HPM e Leite das Crianças. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** pela Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, a recomendação feita pela Comissão foi atendida inclusive durante o ano de dois mil e quatorze. **Sr. Pitol (PASTORAL DA SAÚDE)** pela Comissão de Vigilância em Saúde, foi realizada a análise e ressalva em relação à diretriz número doze a qual foi informada e a Comissão está ciente e de acordo com os esclarecimentos apresentados pela SESA. **Sra. Zuleide Bezerra Dalla Costa (ACISPAR)** pela Comissão de Acesso ao SUS, a consideração foi que algumas destas metas foram atingidas em dois mil e quatorze, e outras metas serão cumpridas ao longo de dois mil e quinze. Havendo ajustes em algumas metas para o atingimento das mesmas. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** informa os apontamentos respondidos, faltando apenas Saúde da Mulher e Saúde Mental. **Sra. Márcia Zambrim (Pastoral da Saúde)** A Comissão de Saúde da Mulher recebeu a resposta da SESA e informa que está acompanhando as ações referentes à diretriz um, Programa Rede Mãe Paranaense e monitora as metas e indicadores das diretrizes concordando com a resposta da SESA ao oficio do MP. **Sr. Antonio Pitol (Pastoral da Saúde)** A Comissão de Saúde Mental aprovou o parecer da SESA em relação à diretriz quatro. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** o que a Mesa Diretora pode informar a grande maioria das ressalvas foram cumpridas, então a resposta ao MP seguirá exatamente esta linha, informando que as metas

números tal, tal e tal foram cumpridas e as metas tal e tal não foram. O que precisam levar em consideração é que no Relatório de Gestão essas não cumpridas têm peso maior na avaliação do Conselho no ano de dois mil e catorze. Cumprimentou o trabalho das Comissões, que aprovaram Relatório Quadrimestral, PAS, oficinas e a questão do PROSAU. **Sra. Marcia (Pastoral da Saúde)** informou que foi corrido porque os relatores ficaram mais de uma hora e meia redigindo as atas. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que pediu aos tesoureiros da Mesa, que levantassem os custos das reuniões, justamente para poder mostrar ao Conselho o custo de cada viagem a Curitiba, o custo das reuniões, para poder mostrar o quanto se economizou do dinheiro público quando as Comissões conseguem cumprir em dois dias tantas atividades como agora exigidas. Além de parabenizar as Comissões pelo esforço, cumprimentou pela organização de todas as Comissões. **Sr. Barrichelo (MOPS)** agradeceu às Comissões, ao Gestor que também tem atendido os encaminhamentos e à Mesa que tem dado a orientação. Cobrou da Mesa uma posição quanto à questão das reuniões ordinárias. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que estão estruturando uma proposta de reuniões para apresentar na próxima reunião. Pensando no bem-estar e segurança dos conselheiros que moram em outras cidades. Passou para os informes. **Sr. Nilson (SINDIFAR)** agradeceu ao Conselho Estadual por ter recebido bem sua esposa e ela está na reunião para ver como é feito o Relatório Anual de Gestão, e a Programação Anual de Saúde, pois é difícil fazer o conselho municipal entender como são estes relatórios e acaba não acompanhando as metas e fazendo ações que não estão planejadas. E vai retornar para replicar o que aprendeu hoje no município onde residem e demais municípios do litoral. **Sr. Manoel Rodrigues do Amaral (SINDNAP)** o Sindicado SINDNAP participou num protesto de reivindicação no dia vinte e oito de janeiro na Praça Santos Andrade e no INSS. Agradeceu à Sonia e à Zuleide pelo que têm feito. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** disse que é importante a lembrança do Sr. Manoel a respeito da eleição da coordenação e relatoria das Comissões e explicou que tinha uma proposta a ser apresentada ontem, mas devido a muitos assuntos e eleição da Mesa será apresentado na próxima reunião. **Sr. Barrichelo (MOPS)** sobre o Hospital da Zona Sul pediu que a Mesa falasse com o conselho municipal e Estadual para ver o que aconteceu lá. **Sr. Antônio Garcez (FEMIPA)** agradeceu a presença de todos, o empenho e se despediu de todos encerrando a reunião.

O áudio dessa reunião está disponível para consulta na Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR, bem como as apresentações feitas nessa reunião estão disponibilizadas no site do CES/PR (www.conselho.saude.pr.gov.br).